

A independência incompleta e a construção da nação brasileira

The unfinished independence and the construction of the Brazilian nation

nilson Araújo de souza*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.002>



Coletão do Museu Histórico Nacional

Ex-voto, Batalha dos Guararapes. Óleo s/ tela, 1758, 122 X 217 cm. Autor desconhecido

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o processo de construção da nação brasileira. Foi a Inconfidência Mineira que condensou pela primeira vez o programa dessa construção. A independência logrou manter a integridade territorial, mas nasce sob o signo da divisão internacional do trabalho com hegemonia inglesa. Foi enfrentando essa realidade adversa que se foi construindo a nação brasileira. A Abolição, seguida da República, ao mudar as relações de produção e a hegemonia de classe no poder, promoveu o desenvolvimento do capitalismo, mas reforçou a dependência. Pode-se afirmar que foi a Revolução de 1930 que construiu o Estado nacional brasileiro, além de ter sido o momento em que mais se avançou na construção da independência econômica do país, ao consolidar a industrialização e conquistar uma das legislações trabalhistas mais avançadas na época. A ditadura de 1964 bloqueou a construção da independência econômica iniciada em 1930, ao reconstruir em novas bases os mecanismos da dependência, de cujas contradições nasce uma crise estrutural que dura até hoje. Esses vários momentos de ruptura são a forma como a revolução brasileira vem construindo a nação. Em lugar de concentrar-se em um determinado momento, como ocorreu com as revoluções burguesas “clássicas”, ela percorre um longo caminho, com vários momentos de ruptura. Se não houvesse sido detida pelo golpe de 1964, a implementação das reformas de base, lideradas por João Goulart, teria completado a construção nacional, essa etapa da revolução brasileira insubstituível para a construção do socialismo, como registrou o general-historiador Nelson Werneck Sodré.

Palavras-chave: Revolução brasileira. Construção da nação brasileira. Independência. Revolução de 1930. Reformas de base.

ABSTRACT

This article aims to analyze the process of Brazilian nation's building. It was the *Inconfidência Mineira* that lay out the foundations of this idea for the first time. The independence managed to maintain territorial integrity, but it was born under the sign of the international division of labor with English hegemony. It was facing this adverse reality that the Brazilian nation was set up. Abolition, followed by the Republic, by changing production relations and class hegemony in power, promoted the development of capitalism, but reinforced dependency. The 1930's Revolution built the Brazilian national state, in addition to being the moment when the great progress was made in the construction of the country's economic independence, by consolidating industrialization and conquering one of the most advanced labor legislation at the time. The 1964 dictatorship blocked the construction of economic independence that began in 1930, by replacing the mechanisms of dependence on new bases, from whose contradictions a structural crisis arises that lasts until today. These various moments of rupture are the way in which the Brazilian revolution has built the nation. Instead of focusing on a specific moment in time, as happened with the “classical” bourgeois revolutions, it goes through a long way with several moments of rupture. If it had not been stopped by the 1964 coup, the implementation of the basis reforms, led by João Goulart, would have completed national construction, which is a undeniable stage of the Brazilian revolution towards socialism.

Keywords: Brazilian revolution. Brazilian nation building. Independence. 1930's Revolution. Basis reforms.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o processo contraditório de construção da nação, conteúdo da primeira etapa da revolução brasileira. Esse processo, que se desdobra na Independência, na Abolição, na República e na Revolução de 1930, nasce antes, por ocasião da Inconfidência Mineira, pois, como veremos, o processo de transformação no Brasil começou naquele momento.

Houve lutas importantes anteriores à Inconfidência, como, já no século XVII, a do Quilombo dos Palmares e a Batalha dos Guararapes, esta resultando na expulsão dos holandeses do Brasil. Mas o primeiro movimento em que se apresentou claramente a questão da independência, ou seja, a de construção da nação brasileira, foi a luta liderada por Tiradentes.

A independência brasileira logrou manter a integridade territorial, ao contrário do ocorrido com os países latino-americanos de língua espanhola, mas nasce sob o signo da divisão internacional do trabalho construída a ferro e fogo pelo capitalismo inglês. Ou seja, o Brasil é inserido desde o princípio na lógica da dependência. Foi enfrentando essa realidade adversa que se foi construindo a nação brasileira.

Depois da independência política, essa construção avançou, sobretudo, nos momentos de ruptura, como a Abolição, a República e a Revolução de 1930. Mas pode-se afirmar que foi a Revolução de 1930 que construiu o Estado nacional brasileiro, além de ter sido o momento em que mais se avançou na ruptura da dependência e na construção da independência econômica do país.

Na seção 2 deste texto, tratamos da Inconfidência Mineira e de como esse movimento contribuiu para a conquista da independência, inclusive construindo o programa da revolução brasileira. A Independência, por sua vez, é tratada na seção 3. Mostra-se aí como mudaram as classes no poder, como se manteve a integridade territorial, mas, também, como se inseriu na situação de dependência na divisão internacional do trabalho. A Abolição e a República, tratadas na seção 4, ocorreram quase que simultaneamente, para dar conta da ruptura representada pela transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, e assentaram as bases para o capitalismo no país, mas, depois de um ensaio industrializante e de certo enfrentamento da dependência, retomaram-se os laços de dependência com o imperialismo inglês.

A Revolução de 1930, da qual tratamos na seção 5, foi sem dúvida o momento de maior ruptura na história do país. Consolidando a industrialização e conquistando uma das legislações trabalhistas mais avançadas do mundo na época, deflagrou também um processo de ruptura com a dependência. Na penúltima seção, a número 6, tratamos do papel da ditadura em deter o processo de avanço na construção da independência econômica que vinha desde 1930, ao reconstruir em novas bases os mecanismos da dependência; tratamos também nessa seção da crise estrutural que nasce das contradições da nova dependência.

Por fim, nas considerações finais, sintetizamos o significado desses vários momentos de ruptura no contexto da construção da nação brasileira, mais bem dizendo,

no contexto da revolução brasileira. Entendemos que a revolução brasileira, em lugar de concentrar-se em um determinado momento do tempo, percorre um longo caminho em que, a cada momento, realiza-se determinada ruptura. Trabalhamos com a hipótese de que, se não houvesse sido detida pelo golpe de 1964, a implementação das reformas de base, deflagradas pelo governo João Goulart, teria completado essa etapa da revolução brasileira, que é a da construção nacional.

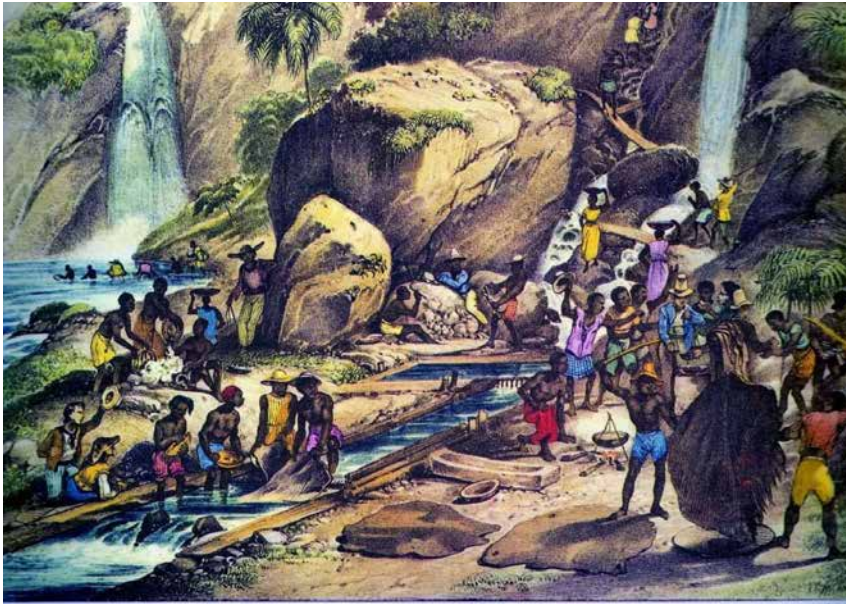
2. A INCONFIDÊNCIA DEFLAGRA A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

É impossível entender a Independência do Brasil, assim como a revolução brasileira, sem começar pela análise da Inconfidência Mineira, pois ali estavam presentes, no fundamental, os elementos que tornaram possível a Independência. Havia então a ruína do sistema feudal e um profundo processo de transformação. Em 1789, ocorreu a Revolução Francesa, o principal acontecimento da revolução burguesa. Coincide com o ano em que foi deflagrada a Inconfidência Mineira. Em 1776, realizara-se a independência dos Estados Unidos. Ocorria também a luta pela independência da China e da Índia. O mundo feudal e o mundo colonial a ele vinculado estavam desmoronando. Portanto, Tiradentes e seus companheiros não travaram a luta pela independência do Brasil num momento qualquer da história (SOUZA, 1989).

Portugal também estava vivendo uma profunda crise. Como consequência do tratado de preferência comercial firmado em 1703 com a emergente Inglaterra, o de Methuen, passou a ter déficit na balança comercial. Cobria o déficit com o ouro brasileiro, mas, mesmo assim, se endividou. Ao mesmo tempo, sua indústria nascente foi destruída pelo ingresso dos manufaturados ingleses mais baratos. Além disso, com o esgotamento do ouro brasileiro, perdeu sua principal fonte de riqueza (FURTADO, 1971).

Depois que os holandeses foram expulsos e passaram a produzir açúcar nas Antilhas, Portugal perdeu o monopólio desse produto e o ouro passou a ser, no século XVIII, a principal fonte de riqueza do país. No entanto, a produção do ouro de aluvião, catado no leito dos rios, que chegou a 15 toneladas por ano na metade do século XVIII, desabou para três toneladas na última década do século. A despeito dessa queda, a metrópole dependia, naquele momento de ruína, basicamente desse minério. Cobrava como tributo o famoso quinto. Um quinto de 15 toneladas equivale a três toneladas; então, na fase áurea da mineração, a Coroa portuguesa poderia receber em tributos três toneladas de ouro por ano. Quando a colônia começou a extrair apenas três toneladas, um quinto renderia 600 quilos.

Mas a Coroa portuguesa não aceitou essa nova e dura realidade e decretou a derrama: estabeleceu uma arrecadação mínima de cem arrobas, uma tonelada e meia, e em determinados dias do ano os encarregados de recolher os tributos iam de casa em casa arrecadando tudo o que encontravam até atingir as cem arrobas. Estas correspondiam à metade do que estava sendo produzido. O tributo aumentava, assim,



Reprodução

Detalhe da aquarela "Lavagem do minério de ouro" (1835), de Johann Moritz Rugendas

na prática, de 20% para 50%. A ruína de Portugal acabou se convertendo em ruína da economia brasileira.

A economia da mineração havia tido profundo impacto na colônia. Na economia da grande plantação de açúcar, havia a classe dos senhores de escravos e a dos escravos. Não havia mercado interno, pois os escravos sem renda nada compravam, os senhores de escravos importavam boa parte dos produtos que consumiam e seus escravos produziam nas fazendas os demais produtos. Sem mercado interno, não havia estímulo para a colônia se industrializar e desenvolver o capitalismo. Era a reprodução da grande plantação de açúcar (FURTADO, 1971; GORENDER, 2016; SODRÉ, 2021).

Para montar um engenho de açúcar e comprar a quantidade de escravos suficiente para garantir a produção, era preciso ter uma grande quantidade de dinheiro. Só os portugueses de posses tinham essa possibilidade. Mas, para conseguir uma concessão de ouro, uma lavra, o indivíduo precisava ter apenas algum recurso para comprar dois ou três escravos, a bateia e os mantimentos, às vezes um burro de carga. Abriu-se espaço para uma grande quantidade de portugueses remediados migrarem para a colônia (FURTADO, 1971).

Ademais, começou a ocorrer a alforria dos escravos. Isso porque, diferentemente do que sucedia na região do açúcar, o escravo que catava ouro recebia uma determinada quantidade do minério como retribuição. Era a forma de estimular a cata e a entrega do ouro. No engenho, baseado no trabalho coletivo e concentrado comandado pelo feitor, o "estímulo" era o chicote. Mas, na cata do ouro, baseada no trabalho individual, que gozava de certa liberdade, não havia como garantir a produção com o chicote (GORENDER, 2016). Ao receber parte do ouro que catava, o escravo

Apesar da derrota na ação imediata, a luta continuou e o movimento da Inconfidência foi vitorioso no processo que inaugurou

a acumulava e utilizava para comprar sua liberdade. Surgiu então uma parcela liberta da população negra nessa região das minas.

Com essa diversificação econômico-social na região da mineração, distinta da economia da plantação, que era mais centralizada, a metrópole, para poder controlar e arrecadar o tributo sobre o ouro, teve de montar toda uma burocracia com funcionários públicos, civis e militares, que migraram de Portugal. Essa diversificação engendrou um incipiente mercado interno, o qual possibilitou o surgimento das primeiras indústrias na colônia. Segundo Sodré, nascem nesse processo as camadas mé-

dias, que passariam a ter um papel importante na vida política da colônia. Enquanto na região do açúcar “a população se repartia em senhores de terras e de escravos”, na região das minas

o aumento numérico dessa camada intermediária — uma vez que depois dela vinha o escravo, sem nenhum direito, objeto de troca e instrumento de trabalho — constitui o fenômeno importante da segunda metade do século XVIII. Tal camada constitui o mercado que aparece no centro-sul (SODRÉ, 2021, p. 147).

Para Sodré, além do mais, “a ideia de libertação, de rompimento dos laços de dependência, surge primeiro na camada intermediária, porque é a mais profundamente interessada em alterar a estrutura vigente” (SODRÉ, 2021, p. 147).

Ao mesmo tempo que ocorria essa diversificação social, e nasciam o mercado interno e uma indústria simples, ocorria também uma integração econômica das várias regiões. A região do açúcar trazia de Portugal os produtos manufaturados e exportava açúcar. Não havia relação econômica da região do açúcar com o resto da colônia, e cada região se vinculava diretamente à metrópole (FURTADO, 1971, 2007).

Mas isso muda na região da mineração. A economia das minas começa a necessitar de animais de carga para levar o ouro para o litoral. E vai comprá-los no Rio Grande do Sul. E, nessa relação com o Sul, usa São Paulo como entreposto comercial. Começa assim a integração de São Paulo e Rio Grande do Sul com Minas Gerais. O ouro, para ser enviado para Portugal, tinha de ser embarcado no litoral — no caso, o Rio de Janeiro. Então, a região das minas havia de manter relação econômica com o Rio de Janeiro. Realiza-se então sua integração com a região das minas. Essa região precisava comprar açúcar e gado de corte e também escravos, que estavam no Nordeste. E assim se integra o Nordeste. O Norte passou a fornecer arroz, algodão e produtos extrativos.



Reprodução

Os inconfidentes (1939), de Carlos Oswald

O ouro termina integrando economicamente o território da colônia, contribuindo para gestar as bases materiais de uma futura nação e desenvolver a ideia de nacionalidade, o sentimento nacional. Esse sentimento se fortalece diante da ruína econômica e social e da verdadeira pilhagem a que a metrópole passou a submeter a colônia por meio da derrama. A Inconfidência Mineira surge nesse contexto (FURTADO, 1971; SODRÉ, 2021).

Destaca-se o programa formulado pelos revolucionários do movimento para construir a nação brasileira, sintetizado em cinco pontos: independência, república, abolição da escravatura, industrialização e instrução pública. Condensadas à época como as necessidades fundamentais do processo de transformação do Brasil colônia no Brasil nação, essas questões foram se resolvendo, ainda que parcialmente, ao longo da história. Não se sustenta a afirmação de que Tiradentes não passava de um “visionário” e, portanto, não teria muita capacidade de elaboração política. Segundo essa versão, o programa do movimento teria sido elaborado pelos intelectuais do movimento (juristas, poetas, padres). Mas a verdade é que Tiradentes foi o principal responsável pela elaboração dos cinco pontos da Inconfidência Mineira. Além disso, era seu principal divulgador (CRUZ, 2012).

Depois de receber, por parte de Joaquim Silvério dos Reis, o arrecadador de impostos, a denúncia de que o movimento seria deflagrado por ocasião da derrama, o representante da Coroa portuguesa, visconde de Barbacena, suspendeu provisoriamente o confisco e mandou prender Tiradentes e outros líderes, mas apenas ele foi morto e esquartejado em 1792, numa demonstração a mais de que era o principal líder.

Apesar da derrota na ação imediata, a luta continuou e o movimento da Inconfidência foi vitorioso no processo que inaugurou. Logo depois, em 1798, ocorreu a chamada Conspiração dos Alfaiates, na Bahia, que era também uma luta pela independência. E, não por mera coincidência, promovida basicamente por mulatos, como a demonstrar a tese de Darcy Ribeiro de que os mestiços foram os primeiros brasileiros.

Quando a família real portuguesa chegou ao Brasil, em 1808¹, a colônia estava em efervescência. Isso porque o regime colonial, depois de esgotado o ouro, e pressionado pela queda continuada do preço do açúcar, somada à intensificação das exigências de tributos pela Coroa portuguesa, precipitou-se em profunda crise desde o final do século XVIII, fomentando a luta pela independência. A crise veio revelar que o desenvolvimento do Brasil já não cabia na camisa de força do regime colonial (SOUZA, 1989).

O movimento pela independência havia crescido tanto que o príncipe regente, d. João, tomou medidas importantes já de início: converteu o Brasil em reino para integrar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, derogou a lei que havia ordenado o fechamento das fábricas, editada por sua mãe, d.^a Maria I, e decretou a abertura dos portos às “nações amigas”².

Logo depois, d. João passaria a ser rei, ao falecer a rainha. Quando ele assume, as cortes portuguesas, representando a nobreza feudal e a burguesia comercial, depois da Revolução Liberal do Porto, em 1820, passaram a exigir que o novo rei desfizesse as decisões que havia tomado em relação ao Brasil. Como ele não retrocedeu, as cortes tomaram a decisão de forçá-lo a retornar a Portugal. A família real retorna em 1821 e d. João VI nomeia seu filho d. Pedro como príncipe regente do Brasil.

3. COM A INDEPENDÊNCIA, MUDAM AS CLASSES NO PODER

Praticamente todos os setores nacionais se uniram em torno da Independência. Até grupos de brasileiros e portugueses que integravam a “elite brasileira” e que antes defendiam a monarquia constitucional sem a separação de Portugal evoluíram para a posição de ruptura com a metrópole. O papel decisivo coube aos setores médios urbanos, formados por intelectuais, pequenos comerciantes, médicos, advogados, jornalistas, professores, padres, alguns dos quais vinham da Inconfidência (SODRÉ, 2021).

Haviam formado um partido conhecido como Partido Radical, que era liderado por um dos irmãos de José Bonifácio, Antônio Carlos, além de outros, como Gon-

¹ Fugindo da ameaça de invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, quando foi feito um acordo com a Inglaterra para defender Portugal.

² Hoje, esse seria um fato negativo, pois a abertura comercial externa debilita a indústria nascente, que precisa de proteção para se desenvolver. Mas, na condição de colônia, que só podia comercializar com a metrópole, a abertura dos portos, em princípio, abriria a possibilidade de comercializar com o mundo todo, rompendo o monopólio colonial. Terminou não ocorrendo isso porque a Inglaterra foi privilegiada com uma tarifa especial; além disso, em plena Revolução Industrial, que naquele momento era um fenômeno basicamente inglês, aquele país passou a predominar nas relações comerciais do mundo, e o Brasil passou a negociar, basicamente, com ele, ainda que houvesse algum espaço para negociar com outros países.

Nossa hipótese é que, no fundamental, o objetivo das guerras regionais não era separar-se do Brasil. A questão era que, com a Independência, as classes dominantes portuguesas deixaram de comandar o Brasil, mas o poder político seguiu centralizado, não mais em Lisboa, mas no Rio de Janeiro. Não se abriu espaço para a participação nas decisões das forças sociais regionais. Por isso a principal bandeira dessas várias rebeliões era a república

çalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Foi esse partido que liderou o movimento pela independência. José Bonifácio, que, além de pensador e ministro de Negócios Estrangeiros de d. Pedro, era o principal conselheiro do príncipe, foi o estrategista do processo. Em meio à luta pela independência, a Corte portuguesa exigiu que d. Pedro retornasse a Portugal, como já ocorrera com seu pai, mas ele decidiu permanecer no Brasil. Sobreveio então o Grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822.

Mas a Bahia comemora a Independência em outra data, 2 de julho. Isso porque só naquele dia de 1823, quase dez meses depois da data “oficial”, é que foram expulsas as tropas portuguesas dessa região do Brasil. Significa que a luta continuou, em várias províncias da região, até julho do ano seguinte. Isso desmente a crença de que a independência teria ocorrido sem luta.

Mais importante ainda: de 1817 a 1848, ocorreram rebeliões no Brasil inteiro. Em 1817, um pouco antes da Independência, deflagrou-se a Revolução de 1817 em Pernambuco. Em 1824, logo após a Independência, ocorre a Confederação do Equador, também em Pernambuco. De 1835 a 1845, a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul; na mesma época, a Balaiada, no Maranhão, e a Cabanada, no Pará. Esse período revolucionário culminou em 1848 com a Revolução Praieira, em Pernambuco. Ao fim dessas guerras, havia se consolidado a integridade territorial, e, com a independência política, a oligarquia escravocrata agroexportadora, que fora uma força coadjuvante da nobreza feudal e da burguesia comercial portuguesas, assume o poder de Estado no Brasil.

Nossa hipótese é que, no fundamental, o objetivo das guerras regionais não era separar-se do Brasil. A questão era que, com a Independência, as classes dominantes portuguesas deixaram de comandar o Brasil, mas o poder político seguiu centralizado, não mais em Lisboa, mas no Rio de Janeiro. Não se abriu espaço para a participação nas decisões das forças sociais regionais. Por isso a principal bandeira dessas várias rebeliões era a república. O fundamental não era separar-se do Brasil, mas implantar a república como meio para favorecer a sua participação nas decisões do novo país.

O objetivo principal para o governo central era garantir a integridade territorial. Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, que chefiou as tropas do governo, quando terminou a Revolução Farroupilha, em 1845, fez um acordo com os rebeldes, concedendo-lhes ampla anistia, a possibilidade de integrarem-se no Exército nacional, a liberdade dos escravos que participaram da guerra e a taxaço do charque platino importado. E declarou: “Malditos os que nos lembrarem das nossas dissensões!”

A conquista da unidade territorial do país foi favorecida por três fatores fundamentais. Primeiro, a integração econômica ocorrida no século da mineração acabou favorecendo certa identidade nacional da colônia. A compreensão desse processo ajuda a entender por que o Brasil manteve a integridade territorial depois da Independência, coisa que os países de língua espanhola não conseguiram (FURTA-DO, 2007).

É possível que o segundo fator decorra do fato de que o Brasil adotou, em lugar da república, como ocorreu na América espanhola, a monarquia. José Bonifácio, o principal líder que defendeu a monarquia na época, era republicano. Além de acatar aquelas cinco bandeiras de Tiradentes, de cuja luta havia participado, Bonifácio defendia a reforma agrária. Defendeu, taticamente, a monarquia porque achava que era a forma de garantir a integridade territorial. Achava que, se fosse implantada a república, o país iria se pulverizar em várias nações, como ocorreu com os países de língua espanhola.

A terceira questão que garantiu a integridade foi a maneira como se resolveram essas lutas regionais. Era um tipo de luta em que os dois lados estavam certos, se considerarmos duas questões importantes que contribuiriam para consolidar a independência: a integridade territorial e a democratização. Estavam certos os que se rebelaram nas regiões porque queriam a república para poder participar das decisões nacionais e assim completar a independência do país. E estava certo o poder central, liderado, militarmente, por duque de Caxias, que queria manter a unidade territorial.

Essas lutas não foram em vão. Além de garantir a integridade territorial e, portanto, consolidar a independência política, possibilitaram um conjunto de mudanças. Em 1844, um pouco antes da última guerra em Pernambuco, o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, tomou a decisão de praticar o protecionismo como forma de promover a industrialização do país³. Isso favorecia a constituição do Bra-

³ Para tanto, impôs a 3 mil artigos tarifas de importação que variavam de 20% a 60%.



Reprodução

Estudo para *Prisão de Tiradentes* (1914), de Antônio Parreiras (1860-1937)

sil nação, partindo do princípio de que, para haver nação, como demonstrou Lênin (1978), tem de ocorrer industrialização e desenvolvimento capitalista.

Nessa época, a Inglaterra, havendo completado a Revolução Industrial e se convertido na “oficina do mundo”, no dizer de Furtado (1971), propôs e impôs ao mundo a prática do livre comércio. Confrontou-se, portanto, com o novo protecionismo brasileiro, que já era seu mercado cativo desde antes da Independência. E pressionou o Brasil sob as mais variadas formas. Uma delas teria sido o bombardeio dos navios negreiros brasileiros, com o suposto objetivo de forçar o Brasil a abolir a escravidão.

O ministro Alves Branco, ao elaborar seu decreto tarifário, destaca que o objetivo era proteger a indústria nacional nascente contra a entrada de produtos industriais estrangeiros, que eram basicamente ingleses. Mas a pressão inglesa, respaldada nos agroexportadores brasileiros, que queriam ter acesso ao mercado da Inglaterra, deu resultado: o Brasil recuou e parou de praticar o protecionismo. Por isso, atrasou em quase um século seu processo de industrialização e, por conseguinte, a consolidação de seu desenvolvimento capitalista.

Houve outra mudança importante: a suspensão do tráfico de escravos, que, decretada em 1851, ocorreu um pouco depois de terminadas as guerras regionais, em 1848; o fim do tráfico de escravos foi uma conquista importante das lutas daquele período. É certo que o tráfico continuou pelos descaminhos do contrabando, mas, certamente, enfrentando maiores dificuldades do que antes.

Uma terceira mudança foi a implantação do parlamentarismo no Brasil. Consideramos que, em regime republicano, adotar o parlamentarismo é um retrocesso, pois, enquanto no presidencialismo o presidente é eleito diretamente pelo povo, no

A expansão cafeeira começou a desenvolver o capitalismo no Brasil. E esse processo de expansão do café e das relações capitalistas no campo ajuda a entender a luta pela abolição da escravatura. Essa luta, que culminou no dia 13 de maio de 1888, atravessou um processo longo desde os quilombos, e na reta final foi vanguardada pela Confederação Abolicionista, liderada por José do Patrocínio

parlamentarismo a escolha é indireta. O povo elege os integrantes do parlamento, e são estes que nomeiam quem vai ser o governo. Então, o presidencialismo é mais democrático do que o parlamentarismo. Mas, se se está num regime monárquico, como era o caso do Brasil naquela época, pode-se considerar o parlamentarismo um avanço democrático. Então, a criação do parlamentarismo foi uma conquista importante naquele momento.

Nesse mesmo período, desloca-se o eixo econômico do Brasil para o café, na região de São Paulo e Rio de Janeiro, e um pouco em Minas Gerais. Se considerarmos o período de 1840 a 1890, a renda real gerada no setor exportador multiplicou-se por cinco. E, ao crescer a produção e exportação de café, expandiu-se também a infraestrutura, basicamente de estradas de ferro e portos, para garantir a exportação (FURTADO, 1971). Houve um processo importante de crescimento econômico naquele período, mas com base na agroexportação, extremamente vulnerável, sobretudo porque se dava num contexto de livre comércio e concentrado num único produto⁴.

Na década de 1860, segundo Furtado (1971), ocorreu uma profunda crise de mão de obra no país. De um lado, a crescente demanda de café no mercado mundial incentivava a forte expansão do produto para exportação, o que implicava uma intensa demanda de força de trabalho. Por outro lado, a suspensão do tráfico de escravos limitou a oferta de força de trabalho. Inicialmente, essa crescente demanda foi su-

⁴ Alguma indústria nascia nos interstícios da economia primário-exportadora, mas nada de grande monta. Ao final do Império, havia 636 estabelecimentos industriais, ocupando 54 mil trabalhadores (SOUZA, 1989).

prida pela transferência de escravos do Nordeste para a região do café: a economia açucareira em ruína liberou escravos para o Sudeste cafeeiro.

Como essa transferência de escravos não foi suficiente para suprir as necessidades da forte expansão cafeeira, a escassez de força de trabalho foi equacionada com a imigração europeia. Os imigrantes vinham aparentemente como “colonos”, o que não passava de um disfarce de trabalho assalariado. Inicialmente, não recebiam o salário em dinheiro, mas em espécie, em produto, mas depois foi cada vez mais aumentando o assalariamento em dinheiro (PRADO JÚNIOR, 1968; 1971; SODRÉ, 2021).

Ao se inserir na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados, o Brasil, que havia conquistado a independência política, reforçava seus laços de dependência econômica em relação à Inglaterra. Sujeitava-se, portanto, como demonstra Marini (1974), ao intercâmbio desigual: exportava seus produtos primários por um preço abaixo do valor e importava os produtos manufaturados acima do valor, transferindo valor sob a forma de mais-valor para os países centrais, sobretudo a Inglaterra. Essa transferência de valor tendia a aumentar com a deterioração dos termos de intercâmbio (PREBISCH, 2000).

Essa dependência não impediu inicialmente o crescimento da economia. A economia cafeeira experimentou um intenso crescimento na segunda metade do século XIX, mas as contradições do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de intercâmbio foram se acumulando e se expressando em déficits e dívida externa (FURTADO, 1971). Os problemas apareceriam na primeira década do século XX, com a acumulação de estoques invendáveis de café.

4. COM A RUPTURA ABOLICIONISTA E REPUBLICANA, NASCE O CAPITALISMO

Com a imigração europeia para trabalhar nos cafezais, começaram a desenvolver-se as relações capitalistas no campo. Antes da desagregação do escravismo, predominava o pré-capitalismo no Brasil. Consideramos incorreta a opinião de Prado Júnior (1968) de que o Brasil de então já era capitalista. Por mais que na época a produção se voltasse para a exportação, a relação de produção não era capitalista; era escravista.

Para Alberto Passos Guimarães, a grande plantação não era capitalista, mas a expressão do feudalismo colonial. A condição para o capitalismo, diz o autor, é o trabalho livre, assalariado. Na plantação, a característica dominante seria a grande propriedade agrária feudal e o trabalho escravo. Como predominava a produção para exportação, juntar-se-ia o caráter feudal à condição colonial. Portanto, feudalismo colonial, conclui o autor (GUIMARÃES, 1968).

Quem mais se aproximou da definição do que era a forma de produção no Brasil na fase pré-capitalista foi Jacob Gorender quando se referiu ao escravismo colonial, expressão que já havia sido utilizada por Nelson Werneck Sodré. A relação de produção era escravista, mas, como Gorender demonstrou, não era igual ao escravismo clássico, pois a economia era voltada para o mercado (GORENDER, 2016).

Mas a expansão cafeeira começou a desenvolver o capitalismo no Brasil. E esse processo de expansão do café e das relações capitalistas no campo ajuda a entender a luta pela abolição da escravidão. Essa luta, que culminou no dia 13 de maio de 1888, atravessou um processo longo desde os quilombos, e na reta final foi vanguardada pela Confederação Abolicionista, liderada por José do Patrocínio.

Além da suspensão do tráfico de escravos, ocorreram duas outras conquistas. Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, por meio da qual a criança ao nascer filha de escrava não seria mais escrava. Apesar de, na essência, não haver mudado muito a situação, porque a criança criada pela mãe escrava acabava vivendo como escrava, a lei dava uma indicação para o futuro: se não havia mais tráfico de escravos e os filhos de escravos não seriam mais escravos, era sinal de que a escravidão estava em processo de extinção.

Em 1885, aprovou-se a Lei do Sexagenário, que estabeleceu que o escravo acima de 60 anos de idade seria libertado, mas, segundo Ribeiro (2006), o escravo trabalhava 18 horas por dia e tinha vida útil em torno de nove anos a partir de quando começava a trabalhar. Portanto, não chegaria aos 60 anos. Mas essa lei era mais uma limitação à escravidão⁵.

Assim, o Treze de Maio foi precedido desse processo de lutas e conquistas, que vinham impondo limites à escravidão. Além da luta liderada pela Confederação Abolicionista, os próprios senhores de escravos da região do café, que começavam a usar força de trabalho assalariada, passaram a defender o fim da escravidão. A escravidão já estava criando obstáculos à vinda de europeus para o trabalho nas fazendas. E assim, até a burguesia agrária do país, baseada no trabalho escravo, passou a defender a Abolição.

Em 1888, culmina o processo abolicionista, que deu fim à escravidão no Brasil. Gorender (2016) considera esse fato uma revolução, na medida em que mudou as relações de produção no Brasil. Consideramos que é mais pertinente afirmar que se trata de um momento de ruptura no longo processo da revolução brasileira.

No ano seguinte, a 15 de novembro de 1889, cai a monarquia e nasce a república, porque, quando acaba a escravidão, desaparece a base de apoio à monarquia, que era constituída pela oligarquia agrária, sobretudo a do Nordeste açucareiro, baseada no trabalho escravo. Isso abre espaço para a luta republicana, que estava sendo travada desde antes, liderada no Rio pelo Clube Republicano, criado em 1870 e que deu origem ao Partido Republicano, e em São Paulo pelo clube que originou o Partido Republicano Paulista.

O PR era integrado no Rio de Janeiro por setores das camadas médias urbanas, constituídas em grande medida de militares, os quais tinham como principal referência Benjamin Constant, que era o instrutor principal da Escola Militar do Brasil. Havia também os líderes civis, como Aristides Lobo, Silva Jardim e Quintino Bocaiúva. As camadas médias tinham um peso importante na estrutura de classes no

⁵ Cabe o registro de que, além dessas restrições à escravidão, havia “províncias que se livraram desse regime de trabalho sem grandes tropeços, antes mesmo da lei de 1888” (SODRÉ, 2021, p. 149).

país. Sua expansão era produto da urbanização precoce, ou seja, urbanização sem indústria e, portanto, sem classe operária, decorrente dos serviços urbanos criados para atender à expansão da economia agroexportadora. Segundo Sodré,

aquela camada média que, desde a mineração, surgira em algumas áreas, e particularmente no centro-sul, crescera em número e encontrara acomodação social com a multiplicação das atividades. Embora estivesse comprometida em suas atividades pela origem de grande número de seus componentes, recebera também consideráveis reforços de outra origem, e, entre estes, avultaria o dos militares de terra (SODRÉ, 2021, p. 151-152).

E, em São Paulo, o Partido Republicano foi fundado pela burguesia agrária do café, liderada por Prudente de Moraes, Campos Salles e Francisco Glicério. Então, percebe-se a diferença de classe social dos que estavam à frente do movimento nessas duas regiões.

As lutas republicanas cresceram tanto a partir de então que levaram a Monarquia, em 1881, a promover importante reforma democrática, com destaque para a conquista do voto direto. As camadas médias urbanas e a embrionária burguesia industrial exigiam mais democracia para desenvolver-se e abraçavam os ideais republicanos. A próspera burguesia cafeeira necessitava do trabalho livre para seguir se desenvolvendo e precisava, portanto, desbancar do poder a oligarquia escravocrata do Nordeste. A situação revolucionária atingira tais proporções que a principal mudança econômico-social, a extinção do trabalho escravo, não esperou sequer pela mudança do regime político.

Houve um episódio que deflagrou o processo: o imperador exigiu que fossem punidos os oficiais que estavam divulgando a luta pela república. O oficial mais destacado que estava pregando a república, inclusive nas aulas que ministrava na Escola Militar do Brasil, era a principal referência militar para a jovem oficialidade, ou seja, Benjamin Constant. Mas Deodoro da Fonseca, em vez de punir seus colegas, aderiu ao movimento republicano e liderou a derrubada da monarquia.

Os primeiros governos da República foram presididos pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, entre 1889 e 1894. Quem hegemonizava o governo eram os republicanos do Rio de Janeiro, liderados por representantes da pequena burguesia. Ao mesmo tempo, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte, e quem a comandava eram os republicanos de São Paulo, então liderados pela burguesia agrária do café.

Nesse período, foram realizadas mudanças importantes. Houve o terceiro surto de industrialização do país, quando o ministro da Fazenda do primeiro governo republicano era o conhecido jurista Ruy Barbosa, que foi sucedido pelo general Serzedelo Correa. Ambos praticaram uma política protecionista para favorecer a industrialização.

Em meio a várias crises econômicas e políticas, Deodoro renuncia, e assume Floriano. No fundo dessas crises, estavam as debilidades de um governo liderado pela

pequena burguesia, sob a pressão do imperialismo inglês em conúbio com a burguesia cafeeira. Realizaram-se eleições em 1894, e assumiu como presidente o representante da burguesia agrária paulista, Prudente de Moraes.

A ênfase da política econômica e da destinação dos recursos públicos voltou a concentrar-se no favorecimento do café. Consolida-se assim a economia agroexportadora, com praticamente um único produto de exportação⁶, principalmente para a Inglaterra. Isso aumentou a subordinação ao imperialismo inglês. Para lá se exportava o café, de lá se importavam produtos manufaturados e também lá se contraíam os empréstimos para financiar a produção e comercialização do café. Assim, quando a burguesia agrária paulista assumiu o poder, foram paralisadas as transformações iniciadas no começo da República com vistas à industrialização.

A Abolição e a República mudaram o regime político e as classes no poder. O império era o regime da oligarquia escravista do Nordeste. A República, na fase inicial, condensou um novo pacto social, encabeçado pelas camadas médias urbanas (aí incluída a burguesia industrial nascente) e a burguesia agrária paulista. Mas, a partir do governo de Prudente de Moraes, a burguesia agrária paulista assume o comando do Estado, coadjuvada pelas oligarquias agrárias regionais que antes hegemonizavam o poder de Estado. O Império correspondeu à fase pré-capitalista da economia brasileira; a República abriu espaço para o desenvolvimento capitalista (SOUZA, 1989).

O presidente seguinte, Campos Salles, outro prócer da burguesia agrária paulista, nomeou para ministro da Fazenda Joaquim Murinho, que era advogado da empresa Mate Laranjeira, a qual tinha relação com grupos econômicos ingleses. Como ministro, escancarou as portas do país para a entrada de produtos estrangeiros. Ao fazer isso, destruiu o embrião de indústria que havia se implantado na primeira fase da República.

A partir de então, para defender-se do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de intercâmbio, vai-se produzindo cada vez mais café para o mercado externo, mas chegou um momento em que começou a haver excesso de produção de café no mercado mundial⁷.

Como reação, a burguesia agrária paulista aprovou, em 1906, o Acordo de Taubaté, que autorizava o governo a comprar o excedente de café para valorizar o produto no mercado internacional, financiando a operação com empréstimo tomado dos bancos ingleses (FURTADO, 1971). Valorizar o café e, por conseguinte, manter os privilégios da burguesia cafeeira acarretavam um endividamento cada vez maior do país. Então, em 1906, a economia baseada no café já havia entrado em crise de superprodução, e a partir daí foram aumentando os estoques de café e as dívidas perante os bancos ingleses.

⁶ Houve momento em que o café, sozinho, representava 75% da pauta de exportação brasileira.

⁷ Enquanto o preço da saca de café de 60 kg baixou de 4,09 libras em 1893 para 1,48 libra em 1899, a resposta dos cafeicultores não se manifestou na queda da produção, como pareceria óbvio, mas, ao contrário, aproveitando-se da abundância de terras, aumentaram a produção de 5,5 milhões de sacas em 1890-1891 para 16,3 milhões em 1901-1902 (FURTADO, 1971).

A Abolição e a República mudaram o regime político e as classes no poder. O império era o regime da oligarquia escravista do Nordeste. A República, na fase inicial, condensou um novo pacto social, encabeçado pelas camadas médias urbanas (aí incluída a burguesia industrial nascente) e a burguesia agrária paulista

5. COM A REVOLUÇÃO DE 1930, FORMA-SE O ESTADO NACIONAL

Na década de 1920, as contradições da economia agroexportadora e dependente se manifestaram claramente. Era uma economia baseada na produção de praticamente um único produto para exportação e que não realizara a industrialização. Mesmo não a tendo realizado, o país foi se urbanizando porque, como havia uma produção de café em grande escala, montou-se uma infraestrutura na cidade para poder dar conta da exportação.

Com a urbanização, foram se desenvolvendo novos setores sociais, como as camadas médias urbanas, os operários e outros tipos de trabalhadores e os pequenos industriais. Surgiam as cidades, que cresciam e se diversificavam. Na urbanização sem indústria, não se produziam alimentos suficientes para abastecer as populações urbanas, já que as terras férteis eram usadas para a produção de café, o que, graças à política de compra do excedente, significava lucro garantido. Investimento sem risco: capitalismo *sui generis*.

Os surtos industriais não haviam consolidado um processo de industrialização. Além dos três surtos anteriores⁸, ocorreu um novo durante a I Guerra Mundial (1914-1918), beneficiado pelo protecionismo decorrente da guerra. Mas, depois que se encerrou o conflito, o livre comércio cobrou seu preço com a quebra industrial. E assim a indústria brasileira começou a declinar a partir de meados dos anos 1920. Vejam as razões:

- 1) a subordinação ao imperialismo inglês abria nossas fronteiras para a entrada de seus produtos industriais, arrasando a produção nacional; 2) a política de valorização

⁸ Foram eles: o do século XVIII, na época da mineração; o resultante da aplicação do programa de Alves Branco, na década de 1840; e o vivenciado nos primeiros cinco anos da República, no final do século XIX.

do café garantia enorme rentabilidade para esse setor, deslocando para aí quase todos os capitais e recursos governamentais; 3) a preponderância do latifúndio limitava o desenvolvimento do mercado interno; 4) a política estatal era totalmente hostil à indústria, salvo no momento inicial da República (SOUZA, 1989, p. 40).

Mesmo com a urbanização crescente, a economia dependente brasileira mantinha-se preponderantemente rural. Grassava então o desemprego urbano, a importação de produtos industriais e o endividamento externo pressionavam as contas externas e a escassez de oferta de produtos agrícolas para o meio urbano pressionava a inflação. O desemprego e a inflação afetavam sobretudo a jovem classe operária e as camadas médias urbanas. Bloqueava-se também o desenvolvimento da burguesia industrial. O regime da República Velha, “expressando a divisão do poder entre a burguesia cafeeira e as oligarquias pré-capitalistas, não abria espaço político para as emergentes forças sociais urbanas” (SOUZA, 1989, p. 40).

Esgotara-se então o “regime econômico e sociopolítico [...] consolidado a partir de 1894, o regime da ‘República Velha’, baseado na economia agroexportadora e sob domínio da burguesia cafeeira paulista” (SOUZA, 1989, p. 39-40). Esse esgotamento se manifestou em importantes lutas travadas na década de 1920. Apesar de não haver ainda se consolidado o processo de industrialização, os vários surtos industriais haviam legado certo nível de industrialização (processo conhecido como crescimento industrial) e uma jovem classe operária, que entrou em cena na importante e vitoriosa greve geral de 1917, fazendo-se presente também na década de 1920.

O ano de 1922 é simbólico. Com a Revolta do Forte de Copacabana, a Semana de Arte Moderna e a criação do Partido Comunista, inaugura-se um novo ciclo revolucionário no país. Em 1924, eclodiu a Revolução Paulista. Liderada por Miguel Costa, que era o chefe da Força Pública de São Paulo, confrontou-se diretamente com a burguesia agrária paulista, a qual fugiu da cidade de São Paulo e a bombardeou.

Mas os revolucionários lograram sair em um trem e se encontraram em Foz do Iguaçu com a coluna que vinha do Rio Grande do Sul, liderada por Luiz Carlos Prestes, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes, mais conhecida como Coluna Prestes. Iniciada em julho de 1924, protagonizou um fato inédito na história mundial: a Coluna foi considerada invicta⁹. Realizou um trabalho de propaganda das ideias que moviam o tenentismo, nascido em 1922 na Revolta do Forte. Além de denunciar as miseráveis condições de vida e a exploração dos setores mais pobres, exigia o voto secreto, a moralização da política, a reforma do ensino público e a obrigatoriedade do ensino primário.

Mais uma vez, como ocorrera na conquista da república, as camadas médias urbanas assumiam um papel preponderante, e nelas destacavam-se os militares, que condensavam a insatisfação do conjunto das camadas populares e da nascente burguesia industrial. A classe operária, depois da greve geral vitoriosa de 1917 em São

⁹ Durante mais de dois anos e meio (de julho de 1924 e março de 1927), percorreu 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados em todas as regiões do Brasil, e depois se adentrou na Bolívia.



Grupo de revolucionários da Coluna Prestes em Rio Bonito (GO), 5 de julho de 1925

Paulo e das de 1919 no Rio de Janeiro e Recife, prosseguiu suas lutas na década de 1920, culminando com a criação, em 1929, da Confederação Geral dos Trabalhadores (SOUZA, 1989).

Depois da Coluna Prestes, havia a expectativa de que, se houvesse uma revolução no Brasil daquela época, seria liderada por Prestes, porque ele se tornara a figura mais respeitada no Brasil. Mas quem liderou a Revolução de 1930 foi Getúlio Vargas, que tinha origem nas mesmas forças que apoiavam o governo de então, o de Washington Luís¹⁰. Rompeu com elas quando o presidente traiu um acordo que havia entre os cafeicultores de São Paulo e os criadores de gado de Minas Gerais, que implicava a alternância na Presidência da República entre mineiros e paulistas. Era a chamada política do café com leite.

Washington Luís, que era de São Paulo, rompeu o acordo e impôs um candidato de seu estado, Júlio Prestes, quando era a vez de Minas; então, abriu-se uma crise política. Foi nesse contexto que Getúlio, então presidente do Rio Grande do Sul, foi acionado pelo presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, com apoio das lideranças do Nordeste, para organizar uma chapa para concorrer à Presidência da República.

Subjacente à crise política, havia a crise econômica. Deflagrada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, a Grande Depressão estendeu-se para o conjunto

¹⁰ Havia sido ministro da Fazenda desse governo e presidente do Rio Grande do Sul. Na época, era chamado de presidente o governador de estado.

do mundo capitalista e impactou profundamente a economia brasileira. Com grande vulnerabilidade externa, já que exportava praticamente um único produto, o café¹¹, o Brasil viu cair violentamente suas exportações, mergulhando em forte recessão. Isso sem falar no estrangulamento externo, derivado do desabamento do preço do café¹², e da dívida externa, que se expandia aceleradamente para financiar a compra dos excedentes do café (FURTADO, 1971).

Foi em face da crise econômica, a qual afetou fortemente a economia cafeeira paulista, que Washington Luís decidiu manter em São Paulo o comando do país. Não confiava que um representante dos criadores de gado de Minas Gerais teria o compromisso necessário para salvar da crise a economia do café. Foi nesse contexto de crise política e de crise econômica que ocorreram as eleições de 1930 (SOUZA, 1989).

Eleição naquela época era no “bico de pena”, ou seja, por meio do chamado voto de cabresto. Em muitos lugares, o eleitor recebia um envelope fechado com o voto dentro. Os “coronéis” latifundiários eram os chefes políticos locais que comandavam o processo eleitoral. Não havia Justiça Eleitoral, como ocorre ainda hoje nos EUA.

Não havia, então, como garantir a lisura do pleito. O certo é que as lideranças políticas que apoiavam Getúlio, como Antônio Carlos e Osvaldo Aranha¹³, denunciaram a suposta ocorrência de uma fraude generalizada. Mesmo assim, Washington Luís proclamou a vitória de Júlio Prestes como presidente. Como não havia Justiça Eleitoral, era o presidente da República quem anunciava o vencedor (SOUZA, 1989).

Ocorreu então o assassinato do vice de Getúlio, o presidente da Paraíba, João Pessoa. O episódio tinha conotação marcadamente local, mas terminou assumindo dimensão nacional em face do papel que cumprira Pessoa como candidato a vice na chapa de Getúlio e do quadro de crise em que se encontrava o país. Isso acabou deflagrando o processo revolucionário, em 2 de outubro de 1930. Um mês depois, Getúlio chegou ao poder no Rio de Janeiro (SOUZA, 1989). Era o fim da República Velha.

A primeira ação do governo consistiu em adotar medidas para tirar o país da crise. Continuou comprando o excedente do café. Só que não mais financiado por empréstimos externos, mas sim com emissão monetária. O excedente era comprado e queimado¹⁴. Ao mesmo tempo, o governo adotou uma política de erradicação dos cafezais e, como veremos adiante, deflagrou um processo de transformação do país, de uma economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial.

Em 1936, o economista inglês John Maynard Keynes formulou a teoria de que, com a economia em crise, o governo pode emitir moeda e pagar pessoas para cavar e tapar buraco, ou seja, para não produzir nada. Mas isso geraria renda para as pessoas

11 O país possuía, em 1929, estoques acumulados que ultrapassavam em 10% o produto territorial bruto do ano.

12 Que, de setembro de 1929 a setembro de 1931, baixou de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos.

13 Respectivamente, presidentes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Osvaldo Aranha substituiu Getúlio, que se desincompatibilizara para se candidatar à Presidência da República.

14 Entre 1929 e 1939, foram queimados 75 milhões de sacas de café.

Talvez as transformações tivessem sido mais profundas se a Revolução de 1930 tivesse unificado os setores que se desprenderam da República Velha com as lideranças que, na década de 1920, vanguardaram as forças populares

comprarem, estimulando as empresas com capacidade ociosa a aumentarem a produção (KEYNES, 1983).

Antecipando a proposição de Keynes, Getúlio, ao comprar o café e queimá-lo, era como se estivesse pagando pessoas para cavar e tapar buraco. Assim, mantinha a renda no principal setor da economia do país, a economia cafeeira, generalizando seus efeitos para outros setores, o que ajudou a economia a voltar a crescer. O Brasil foi o primeiro país a sair da crise: já em 1931, a produção industrial voltou a crescer (SOUZA, 1989).

Mas Getúlio acreditava que não bastava sair da crise e voltar a crescer com uma economia agroexportadora baseada no café. Começa, desde o início de seu governo, a fazer mudanças. Entre as medidas econômicas, destacam-se a moratória da dívida externa, o congelamento das remessas de lucro para o exterior, o aumento ou criação de tarifas de importação a fim de conter o estrangulamento das contas externas e proteger a indústria nascente, a adoção de um mecanismo para financiar a industrialização¹⁵. Mas também se realizaram mudanças políticas e sociais: convocação da Assembleia Nacional Constituinte, anistia, voto universal e secreto, voto feminino, reconhecimento do direito à sindicalização, decretação da jornada de oito horas, criação do salário mínimo, de fundos de pensão e de seguros, férias remuneradas, licença-gestante, regulamentação do trabalho feminino.

Durante o Estado Novo, a partir de 1937, começou a implantar a indústria pesada ao criar a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, a Hidrelétrica de Paulo Afonso — o setor I da economia, na acepção de Marx (1977). Por sua vez, completou-se no período a legislação trabalhista mediante a instituição, em 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conquista que se manteve até recentemente.

Em um terceiro momento, Getúlio retorna ao poder em 1951, ao vencer as eleições de 3 de outubro de 1950, e governa até 1954. Nesse período, ele consolidou a

15 O chamado confisco cambial, que implicava transferência de renda da agricultura cafeeira para a indústria.

indústria pesada, com destaque para a criação da Petrobras, além de haver tentado criar a Eletrobras¹⁶. Criou o CNPq, para fomentar a ciência e a tecnologia, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para financiar o investimento industrial¹⁷.

Nesse período, Getúlio aprofundou a sua opção pelo nacionalismo, o que se expressou na criação da Petrobras e no envio de um projeto de lei ao Congresso para limitar a remessa de lucros para o exterior. Três meses antes de assumir o governo pela segunda vez, havia declarado, em entrevista: “Empenhar-me-ei a fundo para desenvolver um governo eminentemente nacionalista.” (VARGAS apud SOUZA, 2007, p. 22)

Ao mesmo tempo, aprofundou sua relação com os trabalhadores. Em todo Primeiro de Maio, fazia um discurso aos trabalhadores, no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, anunciando o reajuste do salário mínimo. No discurso de 1954, entre outras coisas, disse o seguinte: “Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos e organizar-vos. União e organização devem ser o vosso lema.” E completou: “Constituí a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo.” (VARGAS, 2021b, p. 346) Um líder burguês declarando, em plena Guerra Fria, que os trabalhadores seriam o governo!

Destacam-se duas conquistas fundamentais do getulismo: a industrialização e a legislação trabalhista. Três características importantes do processo de industrialização — controle nacional sobre ele, mercado interno puxado pelo poder de compra do salário e ação do Estado na economia — compõem o que se chama nacional-desenvolvimentismo. Essa doutrina foi sendo forjada ao longo do período getulista (SOUZA, 2007). Implantou-se nesse período a indústria de bens de consumo popular, o setor IIa da economia, basicamente sob controle do empresariado nacional, ao mesmo tempo que se começou a implementar a indústria de meios de produção, o setor I, sob controle do Estado.

O período getulista foi o momento mais importante da revolução brasileira. Na relação de forças entre, de um lado, o imperialismo, a burguesia cafeeira e as oligarquias regionais pré-capitalistas, e, de outro, a nascente burguesia industrial, os trabalhadores e as camadas médias, Vargas adotou o programa que interessava a estes últimos. Inquestionavelmente, a Revolução de 1930 realizou o mais profundo processo de transformação no país. Na verdade, criou o Estado nacional brasileiro. Esse processo de transformação não se deu de maneira pacífica. Houve os que lutaram de armas na mão para impedir os avanços, mas também os que queriam avançar mais rapidamente.

A primeira reação à mudança foi liderada pela burguesia agrária paulista. Trata-se da chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Na verdade, não era revo-

¹⁶ Encaminhou um projeto para o Congresso, mas ele só seria aprovado dez anos depois e seria sancionado por João Goulart.

¹⁷ Além disso, “através da instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e da reforma cambial de 1953, o governo buscou encarecer os bens de capital importados a fim de estimular sua produção interna” (SOUZA, 2007, p. 23).

lução nem constitucionalista. Melhor dizendo, foi uma contrarrevolução derrotada. Como poderia ser chamado de revolução um movimento liderado pelos representantes das oligarquias agrárias apeadas do poder pela Revolução de 1930 e que queriam retomá-lo para retroceder à República Velha? A autodesignação de constitucionalista também não passava de uma farsa, já que foi deflagrada depois de convocada a Constituinte¹⁸. As forças getulistas venceram, mas estavam lutando contra um inimigo poderoso.

O governo de Getúlio expressava os interesses objetivos da burguesia industrial, da classe operária e demais camadas populares, na medida em que, com a consolidação da industrialização e da legislação trabalhista, inaugurava-se uma etapa do desenvolvimento nacional que, objetivamente, favorecia a independência econômica e, por conseguinte, o desenvolvimento democrático do país. Mas se tratava de forças sociais ainda em formação.

Getúlio venceu, mas, diante dessa correlação de forças, fez concessões, como a nomeação de Armando Sales de Oliveira, representante da burguesia cafeeira, para interventor de São Paulo, e o perdão de metade da dívida contraída por esse setor para financiar os estoques do café. Contemporizou também com oligarquias latifundiárias regionais, deixando de resolver o problema agrário, o principal problema interno depois da necessidade de industrialização. Mas implementou os projetos de reforma agrária de Dourados, no antigo estado de Mato Grosso, e de Ceres, em Goiás.

Talvez as transformações tivessem sido mais profundas se a Revolução de 1930 tivesse unificado os setores que se desprenderam da República Velha com as lideranças que, na década de 1920, vanguardaram as forças populares. A ampla maioria das lideranças tenentistas participou da revolução liderada por Getúlio, mas outra parte, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, revelando uma insuficiente compreensão do momento, avaliou que, sendo burguesa e destinada a conjurar o “terceiro levante”¹⁹, a revolução getulista não devia contar com o apoio da classe operária e demais forças populares.

Prestes chegou, inclusive, a recusar convite de Getúlio para ser o comandante militar da revolução²⁰. Ainda não havia ingressado no PC, o que só faria em 1934, mas estava influenciado por sua concepção, que expressava a linha esquerdista implementada por Nikolai Bukharin na Internacional Comunista. As forças lideradas por Prestes deixaram de participar do governo getulista e passaram a opor-se a ele desde o início.

Essa situação gerou certa confusão nos meios que apoiavam o governo, particularmente entre as camadas médias, que, tomadas de uma crescente consciência

18 Como deflagrar, a 9 de julho de 1932, um movimento para convocar a Constituinte, se esta já fora convocada por Getúlio a 14 de maio daquele ano, por meio do decreto nº 21.402, para ser eleita em 3 de maio de 1933, sendo que a lei eleitoral já fora expedida a 24 de fevereiro, através do decreto nº 21.076 (VARGAS, 1995)?

19 Ou seja, a revolução popular em gestação, depois da Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e da Revolução de 1924 em São Paulo, que culminou com a Coluna Prestes.

20 Inicialmente o aceitou, mas terminou recusando-o.

anti-imperialista, dividiram-se, no entanto, em duas grandes vertentes: a dos integralistas, liderados por Plínio Salgado, que, mesmo sendo influenciada pelas ideias nacionalistas, deixou-se envolver pelo nazismo hitlerista, e a dos setores que queriam aprofundar o processo revolucionário e seguiam a liderança de Prestes (SOUZA, 1989).

Inicialmente, graças à sua pregação pseudopatriótica, os integralistas lograram envolver parcelas ponderáveis da população, chegando rapidamente a atingir cerca de 200 mil militantes. O movimento liderado por Prestes teve, de início, o objetivo de barrar a escalada integralista e denunciar as ameaças de guerra. Suas primeiras manifestações foram reprimidas pela polícia de Filinto Müller e pelos integralistas. Como resposta, as manifestações se intensificaram a partir de agosto de 1934²¹. Ao mesmo tempo que se reativava a CGT, realizaram-se grandes manifestações operárias, inclusive com uma greve geral no Rio de Janeiro, contra a polícia de Filinto Müller e os integralistas.

Esse processo coincidiu com a formação das primeiras frentes populares na Europa, destinadas a resistir à escalada fascista. Abandonando o enfoque estreito e sectário anterior, a Internacional Comunista, por proposta de Georgi Dimitrov, que substituíra Bukharin na Secretaria-Geral da organização, adotou, a partir do Congresso de 1935, a posição de que só a unidade de todas as forças populares, nucleadas na frente única operária, seria capaz de barrar e derrotar o fascismo (DIMITROV, 1978).

Foi com base nessa nova concepção que o Partido Comunista propôs a formação da Aliança Nacional Libertadora, com o objetivo de barrar o integralismo e avançar o processo de libertação nacional. Constituiu-se inicialmente de comunistas, tenentistas liderados por Luiz Carlos Prestes (já então no Partido Comunista), forças descontentes que haviam apoiado Getúlio e outras correntes democráticas. Mas era principalmente uma frente entre a classe operária e a pequena burguesia urbana.

Prestes foi escolhido presidente de honra da ANL, que se converteu rapidamente na maior frente política de massas que o Brasil construiu até então²². Seu programa se resumia em cinco pontos: suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras²³, reforma agrária e proteção dos pequenos e médios proprietários rurais, amplas liberdades democráticas e constituição de um governo popular.

Mas a ANL, ao precipitar a insurreição, em 1935, revelou que ainda não havia superado a visão que interpretou a Revolução de 1930 como uma “quartelada pequeno-burguesa” para “evitar a revolução das massas”. Mesmo que seu programa houvesse definido o imperialismo como inimigo principal, elegia na prática Getúlio como

21 Houve, em agosto de 1934, manifestação com mais de 40 mil pessoas no Rio de Janeiro e mais de 50 mil nos estados da Bahia e de Pernambuco. Em setembro do mesmo ano, formou-se o Comitê de Investigação, com organizações que reuniam mais de 100 mil pessoas, para organizar a luta contra o imperialismo e o integralismo.

22 Com 1.100 núcleos espalhados em 17 estados e 300 cidades, reunindo em suas fileiras cerca de 1,5 milhão de pessoas, a ANL passou a encabeçar um conjunto de manifestações populares contra o imperialismo e o fascismo integralista, organizando comícios, greves, campanhas e dissolvendo comícios dos integralistas.

23 Getúlio já fizera a moratória e já havia congelado as remessas de lucros.



O cruzeiro

O governo de Getúlio Vargas expressava os interesses objetivos da burguesia industrial mas também da classe operária e demais camadas populares

inimigo (PRESTES, 2006). Depois dos enfrentamentos iniciais com os integralistas, foi contra Vargas que se dirigiram as baterias centrais da ANL. Praticou-se a concepção de frente popular aplicada na Europa, desconsiderando o exemplo que a China já havia dado, de que a libertação nacional exige a união nacional contra o imperialismo. O próprio Dimitrov (1978), formulador da concepção de frente popular, a converteu em “frente da pátria” quando a aplicou no seu atrasado e dependente país — a Bulgária. A estreiteza da concepção que passou a orientar a ANL terminou levando-a a certo esvaziamento.

Movidos por essa concepção, o Partido Comunista e a ANL avaliaram que o país vivia uma situação revolucionária amadurecida, levando-os a deflagrar a insurreição²⁴. O movimento terminou se limitando, em grande medida, a levantes militares. Apesar da abnegação dos revolucionários da ANL, a insurreição de 1935 dificilmente seria vitoriosa, devido à concepção equivocada que norteou o movimento²⁵.

24 E assim foi que, a 23 de novembro de 1935, insurge-se o 21º Batalhão de Caçadores, de Natal, que, com apoio popular, toma a cidade e constitui um governo popular, que dura quatro dias. No dia seguinte, subleva-se o 29º Batalhão, do Recife, envolvendo outros setores do estado, mas, depois de 38 horas de combates, o movimento foi derrotado. O levante culmina com a sublevação de várias unidades militares no Rio de Janeiro, a 27 de novembro, derrotada no mesmo dia.

25 Setores reacionários deformaram para explorar maldosamente os acontecimentos de novembro, que designaram de Intentona Comunista. Disseram que o objetivo da ANL era implantar um regime comunista no país, e que, para isso, os militares rebeldes não teriam hesitado, inclusive, em assassinar companheiros dormindo. Aleivosias e mentiras forjadas para servir de amparo às campanhas anticomunistas até os dias de hoje. Como fica claro pelos objetivos, programa e composição da ANL, tratava-se, na verdade, de libertar o Brasil do domínio estrangeiro, destruir as sobrevivências pré-capitalistas e conquistar uma verdadeira democracia. Não poderia, por outro lado, haver soldados dormindo, pois, na noite do levante do Rio (quando se disse que os soldados foram assassinados), alertado pelos levantes do Nordeste, o governo decretara rigorosa prontidão das tropas. Há, além do mais, testemunhos seguros, como os colhidos pelo historiador Hélio Silva (que era um conservador), de que todos os que morreram — e foram poucos — o fizeram em combate (SOUZA, 1989).

Conforme a experiência histórica revelou, o correto não seria realizar uma insurreição para derrubar Getúlio, mas participar com ele do processo de transformação em curso. O governo de Getúlio tinha limitações e debilidades, mas a participação no processo junto com ele, ao unir forças, poderia aprofundar as transformações.

Apesar do erro de 1935, a ANL cumpriu um papel fundamental no país. De um lado, ao barrar a escalada integralista e contribuir para o debilitamento de suas forças, preparou o terreno para que, no começo de 1938, quando tentaram assassinar Getúlio e dar o golpe, o governo acabasse de esfacelá-las. De outro, contribuiu para aguçar a consciência anti-imperialista da nação, com repercussão na própria consciência de Getúlio e no aprofundamento de um estilo de desenvolvimento mais independente.

O Partido Comunista superou os erros de 1930 e de 1935 quando, em 1943, na Conferência da Mantiqueira, com apoio de Prestes, decidiu propor a união nacional com Getúlio e participar, ao lado das forças getulistas, do movimento que defendia a Constituinte com Getúlio. O resultado da linha política correta foi o sucesso nas eleições seguintes, a 2 de dezembro de 1945, quando o candidato à Presidência apresentado pelo partido, Iedo Fiúza, conquistou o terceiro lugar, obtendo 10% dos votos, Prestes tornou-se senador e 14 deputados do PC foram eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte.

Houve uma terceira tentativa de derrubar Getúlio. Esse fato não costuma ser revelado nos livros de História, que só enfatizam o golpe dado por ele, em 1937, para implantar o Estado Novo. Na verdade, o que ocorreu foi um contragolpe. Em seu diário, ele relata os fatos: a direita oligárquica latifundiária e a ultradireita integralista estavam se organizando para dar o golpe. Iria haver eleição para presidente da República em 1938 e Getúlio não podia ser candidato²⁶. O candidato apoiado por ele era José Américo de Almeida, da Paraíba, ministro de seu governo. Armando Sales de Oliveira, interventor de São Paulo, era o candidato da burguesia agrária paulista. E Plínio Salgado, pela Ação Integralista, era o candidato da ultradireita (VARGAS, 1995).

Durante a campanha eleitoral, Plínio Salgado começou a armar o golpe. Talvez porque, mesmo que Getúlio não pudesse se candidatar, não tinha segurança de que ele, Plínio, iria ganhar. Armando Sales Oliveira parecia igualmente não confiar na própria vitória, pois, depois de mandar ler um documento golpista no Congresso Nacional, organizou a distribuição de panfletos na porta dos quartéis, instigando as Forças Armadas a dar o golpe contra Getúlio (VARGAS, 1995). Mesmo depois de este haver reagido, dado o contragolpe e implantado o Estado Novo, os integralistas invadiram o palácio e tentaram assiná-lo. Segundo Getúlio, o Estado Novo foi a forma de defender e aprofundar as conquistas da revolução. Como indicamos antes, são desse período o início da implantação da indústria pesada (mudança econômica) e a consolidação da legislação trabalhista (mudança social).

Getúlio não apenas liderou uma profunda transformação do Brasil, mas foi elaborando uma concepção teórica que ao mesmo tempo nasceu dessa experiência e

²⁶ Havia chegado ao poder com a Revolução de 1930, e em 1934 foi eleito pela Assembleia Constituinte para um novo mandato de mais quatro anos, mas não podia se reeleger.



Acervo FGV/CPDOC. Arquivo Alexandre Marcondes Filho

Em 1944, o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu), em São Paulo (SP), sediou o Primeiro de Maio “oficial” do Estado Novo, com a presença de Vargas

norteou sua implementação. Na verdade, foi o primeiro formulador da doutrina nacional-desenvolvimentista. Uma primeira questão diz respeito à sua visão sobre o imperialismo. Afirma ele: “Não podemos admitir a hipótese de que, terminada a guerra e depois de tantos sacrifícios, venham a persistir nas relações entre os povos os mesmos processos condenáveis de dominação econômica.” (VARGAS, 2021a, p. 41)

Reforçando essa condenação ao imperialismo, evidencia sua concepção sobre a dependência: “Já em várias oportunidades sublinhei a verdade bem conhecida a respeito da dependência em que ficam os países produtores de matérias-primas em relação às potências industriais.” (VARGAS, 2021c, p.256) Esses países se voltam, “fatalmente, a vender produtos da terra e comprar manufaturados” (VARGAS, 2021a, p. 31). E assim construiu sua concepção ideológica. Em entrevista dada ao jornal *Folha da Noite* três meses antes das eleições que o levariam de volta ao governo, em 1951, declarou empenhar-se a fundo para fazer um “governo eminentemente nacionalista”. E mais: “O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica, e, nesse sentido, farei tudo para consegui-lo.” (VARGAS, 2021a, p. 61)

Para ele, a ruptura com a dependência e o subdesenvolvimento e a efetivação do desenvolvimento implicavam não apenas a industrialização, mas, de um lado, a “capacidade de fabricar máquinas no geral”, ou seja, as chamadas “indústrias básicas” (VARGAS, 2021c, p. 264), e, de outro, o controle nacional sobre setores fundamentais: “É fora de dúvida, como demonstra a experiência internacional, que, em matéria de petróleo, o controle nacional é imprescindível.” (VARGAS, 2021d, p. 311)

Ele defendia igualmente a ação produtora do Estado para evitar que setores estratégicos fossem controlados pelos trustes estrangeiros: “Posso dizer, como Horácio, que ergui um monumento mais duradouro do que bronze: é Volta Redonda [refere-se à Companhia Siderúrgica Nacional], a única organização no mundo que se acha fora

do truste internacional do aço.” (VARGAS, 2021a, p. 34) A sua concepção de desenvolvimento significava pôr o trabalho no centro. Para ele, se deveria “engrandecer a pátria e fortalecê-la economicamente [isto é, desenvolvê-la], através do estímulo e do amparo ao trabalho” (VARGAS, 2021b, p. 341). Para cumprir esse papel, os trabalhadores teriam de se unir e se organizar para vencer os obstáculos e reduzir as resistências: “Amanhã sereis o governo!” (VARGAS, 2021b, p. 346). Era esse o nacional-desenvolvimentismo getulista.

Consideramos que o período getulista durou de 1930 a 1964²⁷. Nesse período, prevaleceu na ação de governo a concepção nacional-desenvolvimentista. É verdade que Juscelino Kubitschek, lançado para presidente por Getúlio, usou largamente o mecanismo previsto na instrução 113 para o ingresso do capital estrangeiro²⁸. Mas, ao mesmo tempo, manteve boa parte do programa getulista: indústria pesada, legislação trabalhista, protecionismo, empresas estatais, o maior salário mínimo da história²⁹, além de haver criado o Iseb³⁰, apoiado a criação da Frente Parlamentar Nacionalista e rompido com o FMI.

Dava uma no cravo e outra na ferradura, mas isso não foi o suficiente para alterar a essência do arcabouço getulista. Manteve o desenvolvimento do setor I, o de meios de produção, sob controle estatal, e o IIa, de bens de consumo popular, sob controle da burguesia nacional, mas começou a implantar o IIb, de bens de consumo capitalista, sob controle estrangeiro. Esse setor era constituído principalmente pela indústria automobilística. Havia a crença no governo JK de que o país não teria capacidade técnica e financeira para montar esse setor. Ora, se havíamos iniciado a implantação dele com a Fábrica Nacional de Motores, se conseguimos montar a indústria naval e a indústria aeronáutica, e um país como a Coreia do Sul, mais atrasado do que o Brasil, montou sua indústria automobilística, por qual fatalidade o Brasil não teria condições de montá-la?

Tudo indica que Getúlio vinha preparando João Goulart para sucedê-lo. Nomeou-o ministro do Trabalho e o indicou como candidato a vice-presidente na chapa de Juscelino³¹ e para presidente de seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). João Goulart, já na campanha de 1955, começou a difundir as reformas de base³², for-

27 Houve os interregnos de Dutra, Café Filho e Jânio Quadros, os quais ensaiaram medidas que se chocavam com o nacional-desenvolvimentismo getulista, mas, mesmo assim, não lograram alterar a essência do processo de desenvolvimento inaugurado em 1930.

28 Trata-se da instrução 113, da antiga Sumoc (atual Banco Central), a qual permitia às empresas estrangeiras trazerem máquinas e equipamentos usados do exterior, sem a necessidade de cobertura cambial. Foi editada por Eugênio Gudin, que foi ministro da Fazenda durante o interregno Café Filho.

29 Segundo o Dieese, o maior poder de compra do salário mínimo foi em 1959, durante o governo de Juscelino.

30 Instituto Superior de Estudos Brasileiros, oficina do pensamento nacional-desenvolvimentista.

31 Naquela época, as eleições para presidente e vice-presidente eram independentes; o cidadão poderia votar para presidente no candidato de uma chapa e para vice-presidente no de outra.

32 “Ao longo do documento [‘Caminho brasileiro: as reformas de base’; cf. Goulart (2021a)], Jango destaca, analisa e propõe ao Congresso o conjunto das reformas, em número de oito, a saber: a reforma agrária, a reforma do estatuto do capital estrangeiro (destacando-se a lei de remessa de lucros), a reforma administrativa, a reforma tributária, a reforma urbana, a reforma universitária, a reforma eleitoral e a reforma bancária” (SOUZA, 2021a, 48).

A ditadura de 1964 alçou-se precisamente para deter o caminho brasileiro, ou seja, a conclusão da construção da nação brasileira

ma como ele condensou o legado de Getúlio. Foi eleito, voltou a candidatar-se em 1960 a vice na chapa com o marechal Henrique Teixeira Lott, ambos do PTB, e manteve a propaganda das reformas de base. Foi eleito com Jânio Quadros, que reuniu o apoio dos partidos de direita, como a União Democrática Nacional (UDN).

Em meio a uma grave crise, que expressava as contradições entre a continuidade do programa nacional-desenvolvimentista e a tentativa de implementar uma economia dependente, Jânio renuncia após sete meses de mandato. A direita, expressa na maioria do Congresso Nacional e na cúpula das Forças Armadas, tentou impedir a posse de Jango. Depois de muita pressão popular, ele assume graças a um acordo que instituiu o parlamentarismo.

Pouco tempo depois, respaldado no movimento popular³³, convoca um plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo. A ampla maioria dos eleitores (cerca de 80%) votou a favor desse regime de governo. É como se fosse a eleição de Jango para presidente da República, pois quem votou a favor do presidencialismo sabia que era para permitir que ele governasse. Recuperando o poder de governar, começa a implementar as reformas de base, compostas de oito medidas (SOUZA, 2021b, p. 584-585).

No dia 13 de março de 1964, no célebre comício da Central do Brasil³⁴, organizado pela Frente de Mobilização Popular, integrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Frente Parlamentar Nacionalista e a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras forças, ele anunciou o conjunto das medidas, destacou as principais e assinou dois decretos: o da reforma agrária, que estabelecia que as áreas de terra ao longo das rodovias, ferrovias e açudes federais, numa faixa de dez quilômetros, seriam passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária³⁵, e o da estatização das refinarias de petróleo. Logo depois, enviou mensagem ao Congresso, conhecida como “Caminho brasileiro”, em que ele define melhor o conjunto das reformas de base. Sobre elas, disse: “Tais reformas, todos sabem e todos sentem, não mais podem tardar.” (GOULART, 2021a, p. 45)

33 Em julho e setembro de 1962, houve duas greves gerais, a primeira com 1 milhão de trabalhadores e a segunda com 1,5 milhão, ambas em apoio à convocação do plebiscito sobre o regime de governo.

34 Diz-se que havia 200 mil pessoas ou até mais.

35 A ideia de Jango era assentar 7 milhões de famílias.

6. A DITADURA, A NOVA DEPENDÊNCIA E A CRISE ESTRUTURAL

A ditadura de 1964 alçou-se precisamente para deter o *caminho brasileiro*, ou seja, a conclusão da construção da nação brasileira. Mas a força das transformações ocorridas a partir de 1930 e das ideias que as nortearam era tão grande que, mesmo que realizando a mudança do padrão de reprodução do capital então vigente no país, mantiveram-se aspectos fundamentais desse padrão, o padrão getulista.

A principal mudança empreendida pela ditadura foi a criação de condições institucionais, como a revogação da lei de remessa de lucros e a adoção de uma política voltada para a derrubada do salário real e para a aceleração e consolidação do ingresso do capital estrangeiro no país, reforçando assim os laços de dependência que haviam sido bastante reduzidos no período getulista. Os capitais alienígenas aportaram no país sob as formas de investimento estrangeiro direto e de empréstimo, engendrando simultaneamente o controle crescente da estrutura produtiva interna por grupos estrangeiros e uma crescente dívida externa.

O capital estrangeiro veio para implantar a indústria de bens de consumo duráveis (sobretudo a automobilística), o chamado setor IIb. A indústria de bens de consumo popular, o setor IIa, já havia, no fundamental, sido implantada no período getulista sob controle da burguesia nacional, enquanto avançava bastante a implementação do setor I, o produtor de meios de produção, controlado pelo Estado (SOUZA, 2007).

A dependência, ao promover a transferência de valor para o centro imperialista, como demonstra Marini (1974), traz como corolário a superexploração da força de trabalho, ou seja, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, abaixo das condições de subsistência do trabalhador. A nova dependência, com a crescente participação de sucursais de empresas estrangeiras, exacerba essa superexploração³⁶. Isso resulta na cisão entre a esfera alta e a baixa da circulação, levando o setor produtor de bens de consumo popular a encontrar dificuldades crescentes de realização. Para equacionar essa situação, a ditadura subsidiou com incentivos fiscais e creditícios a exportação desses bens, aumentando ainda mais a transferência de valor para o exterior, bem como a vulnerabilidade externa da economia dependente.

A produção do setor IIb, por não ser acessível à massa de trabalhadores superexplorados, cresce inicialmente devido ao crescimento dos níveis de renda das camadas mais abastadas, resultante da concentração de renda, mas passa, a partir de determinado momento, como teorizou Maria da Conceição Tavares, a superar, de forma dinâmica, a demanda dessas camadas de maiores níveis de renda, tendo de buscar o mercado externo.

Esse conjunto de contradições veio à tona quando, na primeira metade da década de 1970, deflagrou-se nos Estados Unidos uma crise estrutural de longa duração, que decorreu, dentre outros fatores, da queda da taxa de lucro, derivada da

³⁶ Apenas nos primeiros quatro anos da ditadura, de 1964 a 1968, o poder de compra do salário mínimo caiu 35% (SOUZA, 2007, p. 80).

substituição do trabalho vivo por trabalho morto, e do início do declínio da economia daquele país. O impacto dessa crise na economia dependente brasileira, ao acirrar a transferência de valor para o centro imperialista, implicou a redução do ritmo de expansão econômica.

O governo Geisel respondeu por meio do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, que se concentrou em completar, no fundamental, a construção no país do setor produtor de meios de produção. Sob controle nacional, implantou-se a indústria de máquinas e equipamentos e de bens intermediários, bem como a indústria naval e aeronáutica. Para tanto, reforçaram-se aspectos importantes do programa getulista, que, como indicamos antes, haviam-se mantido no novo padrão de reprodução sob a hegemonia do capital estrangeiro, tais como investimento público, protecionismo, financiamento público, compras governamentais.

Esse programa logrou postergar a crise, mas ela foi deflagrada em 1981, depois de exacerbada a transferência de valor para o exterior entre o final dos anos 1970 e começo dos 1980, expressa no aumento da remessa de juros e lucros e na forte queda dos termos de intercâmbio (SOUZA, 2007). Essa tendência à crise agravou-se pela decisão do governo seguinte de cortar fortemente o investimento público, o salário real e o crédito, seguindo, sob comando de Delfim Netto, o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que precipitou uma crise estrutural de longa duração. A justificativa dessa política era conter a demanda para combater a inflação, mas o objetivo último era provocar a redução das importações como forma de gerar superávits comerciais a fim de pagar os juros da dívida externa.

Das entranhas da crise econômica, emergiu a crise do regime ditatorial. A greve geral de julho de 1983 contra o arrocho salarial, medida central da política econômica então adotada, foi fundamental para deflagrar a campanha “Diretas já”, que reuniu milhões de pessoas nas ruas e praças do país, possibilitando a vitória da oposição, reunida em frente ampla, no Colégio Eleitoral que havia sido constituído para preservar a ditadura, dando origem ao que se convencionou designar de Nova República.

Tancredo Neves, que encabeçara a chapa, adoeceu na véspera da posse, vindo a falecer. Nas palavras dele, ditas por ocasião da eleição a 15 de janeiro de 1985: “Se todos quisermos, dizia-nos, há quase 200 anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste país uma grande nação.” (Apud SOUZA, 1989, p. 80) E completou: “Enquanto houver, neste país, um só homem sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa.” (Apud SOUZA, 1989, p. 85)

Forma-se então um governo liderado pelo vice de Tancredo, José Sarney, político que se desprendera dos quadros da ditadura. Seguindo a orientação deixada por Tancredo no que seria seu discurso de posse, muda a política econômica e, por meio do Plano Cruzado, procura um caminho que inicialmente garante a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e derrubada da inflação. Para tanto, aumentou o salário real e o gasto público, ao mesmo tempo que congelou os

preços, extinguiu a correção monetária e baixou os juros. Essas medidas tiveram um forte impacto na demanda.

O novo governo teria então de implementar um programa de investimento que possibilitasse o aumento da capacidade produtiva. Para garantir esses investimentos, seria necessário suspender a drenagem de recursos que, obtidos com o superávit comercial nascido da política anterior de contenção da economia, se esvaíam para o exterior sob a forma de pagamento de juros da dívida externa.

Apesar de ser essa a posição de parte da equipe econômica, essa decisão foi postergada, e assim, tão logo se esgotou a capacidade ociosa, a inflação retornou e a equipe econômica do Cruzado, depois da tentativa do Cruzado II, que, na verdade, foi um anti-Cruzado, se desfez. O governo, após uma moratória tardia, recompôs a equipe econômica com economistas que retrocederam à política econômica prevista na cartilha do FMI, de contenção da demanda e, por conseguinte, de desestímulo da atividade econômica (SOUZA, 1986).

O resultado foi a bifurcação das forças políticas que apoiavam a Nova República. Enquanto o governo, com o apoio dos setores mais à direita, que se organizaram no autodenominado Centrão, retrocedia para a política econômica adotada na reta final da ditadura, os setores mais avançados da Nova República, numa composição entre os representantes das forças populares, da pequena burguesia democrática e da burguesia nacional, liderados por Ulysses Guimarães, hegemonizavam a Assembleia Nacional Constituinte e legaram ao país a Constituição mais progressista da nossa história:

A Constituinte, ao escrever o capítulo da ordem econômica, adotou, sem dúvida, sua decisão mais importante. Nesse aspecto, a questão central implicava realizar a tradução econômica do conceito de *nação*. Os constituintes operaram com o princípio de que existe a *nação*, como ideia, como conceito, e como espaço geográfico, econômico, social, político e cultural, isto é, como realidade vivida por cada povo (SOUZA, 2007, p. 193).

A despeito de a Constituição preconizar o contrário, as medidas de política econômica receitadas pelo FMI foram reforçadas, a partir de meados da década de 1990, sob o manto da ideologia neoliberal consolidada no país por Fernando Henrique Cardoso, através de um amplo processo de privatização e da abertura externa da economia. Para tanto, além de implementar emendas constitucionais que permitiam borrar a diferença entre empresa nacional e empresa estrangeira, combinou a redução das tarifas de importação com a valorização da nossa moeda, provocada pela âncora cambial do Plano Real e posteriormente consolidada no tripé macroeconômico³⁷.

O tripé estipula a prática de juros altos com o suposto objetivo de conter a demanda para combater a inflação, mas o objetivo principal é atrair capitais especulativos externos a fim de valorizar o real, baratear o produto importado e, por essa via, combater a inflação. Mas isso gera a necessidade de criar superávits primários para

³⁷ O tripé, na verdade, é composto de quatro partes: meta de inflação, câmbio flutuante, juros e superávits primários elevados.

Num país dependente, a revolução não se concentra num único momento, mas se desenvolve em várias fases

cobrir os encargos financeiros da dívida pública, boa parte dela em mãos estrangeiras. Acaba também por subsidiar a produção importada, possibilitando o seu barateamento e provocando a quebra da indústria instalada no país. O resultado foi a desindustrialização da economia³⁸. Ao lado dela, promoveu-se a desnacionalização. A entrada de investimento estrangeiro direto para aquisição de empresas instaladas no país³⁹ promove a desnacionalização de empresas privadas e também das estatais privatizadas⁴⁰.

Reforçou-se durante a crise o fenômeno da financeirização da economia. A aplicação no mercado financeiro, que antes era privilégio dos bancos e demais instituições financeiras, passou a cumprir um papel importante na carteira das empresas industriais⁴¹. É o “rentismo” desviando os recursos da atividade produtiva.

As contradições derivadas da dependência e a resposta governamental que a reforça agravaram-se pela ausência, durante cerca de quatro décadas, de um projeto nacional de desenvolvimento. Em meio à crise, Luiz Inácio Lula da Silva, representando as forças populares numa composição com setores da burguesia nacional, elegeu-se presidente da República em 2002. Lula conseguiu implementar algumas mudanças⁴², mas manteve intacta a essência do padrão de reprodução do capital dependente, rentista e desigual, além de preservar o tripé macroeconômico. Ele foi sucedido por sua ex-ministra Dilma Rousseff, a qual, depois de um ensaio de mudança do tripé, retrocedeu para a política econômica tradicional, mergulhando o país em profunda crise.

Das entranhas da crise, emerge a candidatura e eleição do fascista Jair Bolsonaro, que promove o desmonte do Estado e das bases econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais do país, o que relembra a necessidade de reconstrução nacio-

38 A participação da produção da indústria de transformação no PIB, que chegou perto dos 30% em meados da década de 1980, hoje não passa de 10%.

39 Segundo levantamento da Unctad, entre 1990 e 2012 a participação do estoque de IED no PIB brasileiro aumentou de 10,1% para 31,2%, pulando para 46,5% em 2019.

40 Assim, se somarmos os juros da dívida externa, a drenagem de recursos para o exterior, sob a forma de remessa de lucros, dividendos e juros nos 26 anos desde a implementação do Plano Real, atingiu o montante de US\$ 898,4 bilhões.

41 Há já bastante tempo, pesquisa da Fiesp indica que cerca de metade da massa de lucro das 500 maiores empresas industriais paulistas provinha de rendimento não operacional, melhor dizendo, de aplicações no mercado financeiro.

42 Como a retomada da política externa independente, a suspensão das privatizações, a adoção da política de melhoria do salário mínimo, a criação de empregos e um programa de transferência de renda.

nal para trilhar o caminho do desenvolvimento soberano. Para isso, cabe ao Estado alavancar o desenvolvimento, tendo como centro o trabalho, cuja valorização deve ser o principal instrumento de fortalecimento do mercado interno. Isso implica reindustrializar o país, adotar um amplo programa de obras de infraestrutura e desmontar o tripé macroeconômico para permitir o trânsito de uma economia financeirizada para uma produtiva, que enfrente as desigualdades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETOMAR O *CAMINHO BRASILEIRO*

Nossa avaliação é de que a implantação das reformas de base significaria completar o processo de construção da nação brasileira, aquele processo que Caio Prado Júnior havia sintetizado na frase “avançar do Brasil colônia ao Brasil nação” (PRADO JÚNIOR, 1968). Considero que a revolução brasileira, nessa primeira etapa de construção da nação, tem tido várias fases, vários momentos.

Chegamos a essa conclusão junto com Claudio Campos. Numa das vezes em que fomos a Cuba, tivemos acesso a um discurso de Fidel Castro, pronunciado em 1968, que se chamava “Cem anos de revolução”. Nele, Fidel dizia que a Revolução Cubana não começara em 1959, mas em 1868, quando foi deflagrada a luta pela independência, liderada por Céspedes. Avançou na década de 1890 com José Martí, e 1959 foi o momento decisivo, quando as forças revolucionárias conquistaram o poder.

Inspirados nessa posição, chegamos à avaliação de que, num país dependente, a revolução não se concentra num único momento, mas se desenvolve em várias fases. E começamos a pensar o Brasil sob essa ótica. Houve a Inconfidência, a Independência, a Abolição, a República, a Revolução de 1930. Comparemos esse processo com os cinco pontos do programa de Tiradentes: independência, república, abolição, industrialização e instrução pública⁴³. Tiradentes percebeu e sintetizou, nos cinco pontos do programa, quais eram as questões que tinham de ser resolvidas para formar a nação brasileira. Só que essas questões não foram resolvidas simultaneamente, como ocorreu com as revoluções burguesas “clássicas”. Esse caminho foi sendo percorrido ao longo da história.

Nesse sentido, a Independência constitui o primeiro desses momentos do processo revolucionário brasileiro. Em vez de o Brasil ser dominado de fora pela nobreza feudal e os comerciantes portugueses, como na Colônia, passou a ser hegemônico por um setor de classe nacional, a oligarquia latifundiária pré-capitalista. Trata-se de uma ruptura incompleta, que faz parte desse processo mais geral de construção da nação brasileira. Mas logo depois a nação em construção teve de enfrentar a adversidade de se inserir de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho comandada pelo capitalismo inglês.

A Abolição e a República, ocorridas quase que simultaneamente, mudaram radicalmente as relações de produção: o predomínio passou do trabalho escravo para

⁴³ José Bonifácio acrescentou a reforma agrária.

o assalariado. E mudou a hegemonia de classe no poder: as forças hegemônicas deixaram de ser os senhores de escravos baseados no latifúndio açucareiro do Nordeste para ser a burguesia agrária paulista baseada no café e no trabalho assalariado, ainda que os remanescentes dos senhores de escravos hajam permanecido participando do poder.

Com a Revolução de 1930, ocorreu outra mudança decisiva: além do forte desenvolvimento das forças produtivas, com a economia transitando de uma estrutura primário-exportadora para uma urbano-industrial moderna, a hegemonia no Estado transferiu-se da burguesia agrária paulista para a burguesia industrial, em aliança com os trabalhadores. O governo de Getúlio condensou essa aliança, mas não foi uma aliança formal. Era uma aliança informal em torno do seu governo, em que ele atendeu aos interesses objetivos da burguesia industrial e dos trabalhadores, ao implementar a industrialização e a legislação trabalhista. Esse foi, portanto, um momento decisivo do processo revolucionário brasileiro.

A nossa hipótese é que o governo de João Goulart, se houvesse conseguido implementar as reformas de base, teria completado esse processo de construção da nação brasileira, abrindo espaço para a próxima etapa da revolução, que consistiria em pôr os meios de produção e o desenvolvimento das forças produtivas a serviço da ampla maioria da população, em lugar da minoria proprietária dos meios de produção, dando fim à exploração do ser humano por outro ser humano, atendendo à conclamação de Getúlio aos trabalhadores em 1954: “Amanhã sereis o governo”. Ou, como disse o general-historiador Nelson Werneck Sodré, a conclusão da construção da nação brasileira é uma etapa insubstituível para a construção do socialismo.

O processo de reconstrução nacional deve preparar o país para completar a construção da nação brasileira. Para tanto, é preciso retomar o *caminho brasileiro*, inspirando-se nas reformas de base, mas, obviamente, incorporando o enfrentamento de elementos novos que se integraram na estrutura econômico-social do país, tais como a exacerbação da dependência, a financeirização da economia, a desindustrialização e o desmonte do Estado⁴⁴.

* Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), com pós-doutoramento em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Ical-Unila). Diretor de Publicações da Fundação Maurício Grabois. Autor de vários livros, artigos e ensaios sobre economia brasileira, latino-americana e mundial. Destacam-se *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula* e *Economia internacional contemporânea: da Grande Depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008*.

► Texto recebido em 10 de abril de 2022; aprovado em 2 de maio de 2022.

⁴⁴ Duas referências são o “Novo projeto nacional de desenvolvimento” e a “Plataforma emergencial de reconstrução nacional”. Ambos os documentos constituem propostas do PCdoB para o debate nacional.

CRUZ, Sérgio. **Pátria livre ainda que tardia**: a verdadeira história de Tiradentes. 2. ed. São Paulo: Nelpa, 2012.

DIMITROV, Georgi Mikhailov. **A unidade operária contra o fascismo**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.

FURTADO, Celso. **Economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1971.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GOULART, João. Caminho brasileiro: as reformas de base. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021a. p. 373-396.

_____. Criação da Eletrobras. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021b. p. 353-358.

_____. Discurso na Central do Brasil. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021c. p. 359-372.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

KEYNES, John Maynard. **A teoria do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Sobre o direito das nações à autodeterminação**. Lisboa: Avante, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. 2. ed. México DF: Era, 1974.

MARX, Karl. **El Capital**. 4. ed. México DF: Siglo XXI, 1977.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **História econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora (5 de julho de 1935). **Marxists Internet Archive**, maio 2006. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>. Acesso em: 2 maio 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021. p. 143-162.

SOUZA, Nilson Araújo de. Apresentação. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021a. p. 15-68.

_____. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. João Goulart e a atualidade das reformas de base. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021b. p. 583-606.

_____. **Na era do cruzado.** São Paulo: Guavira, 1986.

_____. **Revolução brasileira:** de Tiradentes a Tancredo. São Paulo: Global, 1989.

_____; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista.** São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021.

VARGAS, Getúlio. Carta-testamento: "Meu nome será a vossa bandeira de luta". In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista.** São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021a. p. 349-352.

_____. **Diário.** V I. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. Hoje estais com o governo; amanhã sereis o governo. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista.** São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021b. p. 341-348.

_____. Industrialização e petróleo. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista.** São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021c. p. 255-269.

_____. No petróleo, o controle nacional é imprescindível. In: SOUZA, Nilson Araújo de; CAMPOS, Rosanita (Org.). **Pensamento nacional-desenvolvimentista.** São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2021d. p. 299-316.